

## **Carência de quadros técnicos compromete gestão eficiente**

*Marco Damiani*

Há vagas. Curta, objetiva e, sobretudo, estimulante dos pontos de vista social e econômico, a tradicional frase estampada nos quadros de avisos nos portões das indústrias está cada vez mais associada a um importante complemento: dá-se preferência aos candidatos com formação técnico-profissionalizante. Em razão dos avanços tecnológicos e das crescentes necessidades específicas das empresas, as chances de inserção no mercado de trabalho aumentam à medida que o candidato tenha em seu currículo um diploma de aprendizagem profissional.

"A indústria vive um momento de grande carência por técnicos", atesta o diretor-executivo da Fundação Nacional da Qualidade, Ricardo Corrêa Martins. "Na prática, essa demanda reprimida por candidatos qualificados faz com que a formação profissionalizante complementar à educação generalista represente um atalho para a obtenção de uma vaga nos mais diferentes setores da economia."

Das pontas tecnológicas como a indústria eletroeletrônica, aeronáutica e de produção de óleo e gás até as áreas de emprego de mão de obra intensiva como a construção civil e a alimentação, o que se vê é um quadro no qual as empresas têm encontrado mais dificuldades do que facilidades na obtenção do novo profissional qualificado. "Há um apagão de mão de obra", aponta o diretor de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria, Alcântaro Corrêa. "As vagas estão aí, mas falta gente com qualificação adequada para o seu preenchimento". A raiz desse problema, sustentam os especialistas, está no sistema de ensino praticado no Brasil. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Alemanha, mas também em emergentes a exemplo da Coreia do Sul, perto de 50% dos estudantes que se formam no ciclo educacional médio deixam os bancos escolares com noções de formação técnico-profissionalizante. No Brasil, esse índice ainda não chega à marca de 10%. Lá fora, por outro lado, o estudante é estimulado a prosseguir seus estudos em alinhamento com programas de estágio na iniciativa privada, mas por aqui esse tipo de articulação não consegue, historicamente, avançar em larga escala.

A ausência de um forte acento técnico-profissionalizante na rede educacional, tanto pública quanto privada, também implica a elevação dos índices de evasão escolar, em especial no momento em que o aluno completa a educação básica e inicia os três anos do ensino médio (antigo colegial). Em 2008, nada menos que 19,4% dos estudantes entre 15 e 18 anos de idade matriculados em escolas da Grande São Paulo simplesmente desistiram de ingressar no ensino médio. No final das contas, é esse tipo de movimento social que resulta no fato de a população brasileira apresentar uma escolaridade média de 7 anos contra 12 anos na Coreia e 13 anos na Alemanha. "A característica generalista do ensino regular ajuda a entender por que tantos jovens deixam a escola tradicional para procurar outras alternativas que os conduzam com mais chances ao mercado de trabalho", diz o ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda e professor titular da Unicamp Julio Sérgio Gomes de Almeida. "Essa falta de conexão entre o que se ensina nas escolas e as exigências do mercado de trabalho faz com que o tema do treinamento da mão de obra seja um dos principais gargalos a serem superados no Brasil pós-crise."

Em medidas que seguem pela mesma direção, tanto o governo como a iniciativa privada já perceberam a gravidade da falta de sintonia entre escolas e mercado de trabalho. E estão agindo. Com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão, o Ministério da Educação está elevando de 215 mil para 500 mil o número de vagas nas escolas técnicas federais. Antigo reduto das elites, que mais rapidamente perceberam as vantagens de orientar seus filhos para as ilhas de excelência educacional e profissionalizante demarcadas nestas instituições, as escolas técnicas estão crescendo em número e capilaridade. Eram 140 em 2004, são 272 hoje e devem chegar a 354 até o final do ano, em todos os Estados, de acordo com as projeções oficiais. Nelas, o corpo docente tem salários e benefícios maiores do que nas outras esferas do ensino público, o material didático é considerado de alta qualidade e os laboratórios buscam simular as situações do dia a dia de empresas de diferentes setores econômicos.

Na prática, conjugam as matérias do ensino médio generalista com o treinamento de cunho profissional. O governo federal criou o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, como forma de avaliar e normatizar o ensino profissionalizante no país.

Em São Paulo, Estado mais industrializado da Federação, a aposta do atual e dos governos anteriores tem sido a ampliação das Fatecs - Faculdades de Tecnologia com cursos de três anos de formação, carga horária de 2,4 mil horas e currículos mais alinhados com as necessidades práticas de setores como agronegócio, comércio exterior, vestuário e manutenção industrial. Com 47 cursos de graduação, já são 49 Fatecs distribuídas em 46 municípios. A rede pública profissionalizante paulista se completa com 179 Etecs, escolas de ensino médio e técnico presentes em 134 cidades paulistas. A partir deste ano, essas instituições contam com uma grade de 89 cursos técnicos, com duração média de 1,5 mil horas/aula (três semestres). "As Fatecs e Etecs representam o bom casamento entre escola e emprego", defende o secretário paulista de Ciência e Tecnologia, Geraldo Alckmin.

No outro prato da balança, empresários da área de ensino igualmente têm buscado aproveitar as oportunidades que a crescente demanda pelos cursos profissionalizantes tem aberto. "Estamos em pleno desenvolvimento da aproximação dos nossos currículos com as necessidades apresentadas pelos ambientes empresariais", diz o professor Luiz Roberto Curi, diretor nacional de ensino superior e pesquisa do SEB - Sistema Educacional Brasileiro S.A., uma companhia privada com 500 mil estudantes matriculados, dos estágios fundamental ao superior, dona de grifes do ensino médio como os colégios Pueri Domus e Dom Bosco. "Esse processo de adaptação é complexo, mas tem de ser buscado sob pena de o fosso existente hoje entre os currículos tradicionais e a vida real das empresas aumentar cada vez mais".

No grupo mais avançado em relação ao ensino profissionalizante, a UniCoc, cursos como os de gestão de inovação, negócios e recursos humanos estão atraindo estudantes que antes se dirigiam exclusivamente às faculdade de ciências contábeis. "Os requisitos profissionais contemporâneos estão dissociados dos cursos tradicionais de bacharelado", acredita Curi.

Na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, ele exerceu as funções de diretor de Políticas de Ensino Superior do MEC, onde acompanhou a reorientação dos currículos dos cursos públicos voltados para a formação de tecnólogos - profissionais egressos de escolas de nível superior que oferecem currículos com ênfase nos aspectos técnicos das carreiras. Buscava-se, naquele movimento, uma maior angulação para as áreas de pesquisa e desenvolvimento e intersecção com os interesses da indústria. "A verdade é que esse processo foi dissolvido", reclama ele. "Hoje, a visibilidade do ensino profissionalizante ainda é muito pequena quando comparada à abrangência do ensino geral."

Fundado em 1997, a partir de uma única escola de informática, o Grupo Microlins exhibe hoje, doze anos depois, nada menos que 700 endereços de ensino profissionalizante, com mais de 40 cursos diferentes. "Nos orgulhamos de ser uma escola de profissões", afirma o presidente José Carlos Semenzato. Integrante da holding Anhanguera Educacional e Participações, o grupo amalhou cerca de 500 mil matrículas para seus cursos em 2009. Este ano, a meta é crescer 10%. O empresário explica que o vertiginoso sucesso de público tem relação direta com a explosão da oferta de cursos de ensino superior verificada nos últimos dez anos. Porém, com sinal trocado. Na contramão daquelas instituições, que lecionam cadeiras com extensão média de quatro anos e cobram mensalidades quase sempre próximas à casa dos mil reais, os cursos administrados pelo grupo têm duração nunca superior a três anos e preços que podem chegar a um terço dos praticados nas faculdades.

"Nosso objetivo é preparar o jovem para o primeiro emprego. Todas as nossas escolas possuem uma agência de encaminhamento ao mercado", conta Semenzato.

A veloz escalada dos cursos profissionalizantes privados, assim como a multiplicação das instituições de ensino superior, desperta críticas entre observadores. "Os cursos profissionalizantes realmente bons, que atendem às necessidades da indústria, não são muitos", aponta Ricardo Corrêa Martins, da FNO, entidade mantida por companhias privadas cuja missão é avaliar e aprimorar os métodos de gestão empresarial.

"A baixa qualidade atual é até compreensível, e pode ser melhorada." Martins lembra que, historicamente, os cursos profissionalizantes foram estigmatizados como um setor de segunda classe do ensino tradicional, normalmente ministrados no período noturno e procurados pelas parcelas mais humildes da população. "O pessoal trabalhava durante o dia e corria para as escolas chamadas técnicas na esperança de trocar de emprego ou se qualificar para postos melhores na própria empresa", recorda. "Hoje, a classe média que sempre torceu o nariz para essa alternativa está começando a perceber nas carreiras técnicas uma chance maior de empregabilidade."

Essa percepção já faz parte da cultura de países altamente desenvolvidos. É o caso de uma das nações mais industrializadas do planeta, a Alemanha. Lá, a esmagadora maioria dos estudantes de nível médio é incentivada a escolher cursos técnico-profissionalizantes oferecidos pela articulação entre sindicatos de empresas privadas, entidades sindicais de trabalhadores e órgãos estatais como os ministérios do Trabalho e Educação. Ao completar a décima série do ensino regular, à altura dos 16 anos de idade, o estudante pode optar por fazer um estágio remunerado dentro dos grandes conglomerados industriais, tendo diante de si um rol com cerca de 280 diferentes profissões. Durante três anos e meio, então, o aluno terá quatro dias seguidos de trabalho na empresa e um dia inteiro de estudo em sala de aula, como forma de aprender o ofício e, ao mesmo tempo, completar sua formação acadêmica. Ao final, será submetido a uma prova rigorosa que, bem resolvida, irá garantir um emprego bastante sólido.

Esse sistema vigora no país nos últimos 50 anos, mas começou, de forma embrionária, no início do século 20, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. Hoje, espalhou-se por países como Áustria e Suíça, além de funcionar nas subsidiárias de empresas alemãs espalhadas pelo mundo. "É um modelo imbatível, o melhor do mundo, mas de altíssima complexidade", define o especialista em educação profissional e assessor especial da escola Positivo, de Curitiba, Cláudio Moura Castro. "O Brasil não tem necessidade de importá-lo, mas sim de aprofundar todos os modelos hoje vigentes entre nós, que se completam."



Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 3 fev. 2010, Educação, p. 6-7.